

Técnica superior do Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC), da Procuradoria-Geral da República, de 11 de Abril de 1994 a 30 de Novembro de 2001, tendo desempenhado funções no Departamento de Problemas Criminais; Técnica superior da Direcção-Geral da Administração Pública, de 15 de Abril de 1991 a 10 de Abril de 1994; Jurista contratada na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, de 17 de Setembro de 1990 a 14 de Abril de 1991; Estágio e exercício de advocacia, encontrando-se desde Abril de 1991 com inscrição suspensa, a seu pedido.

3 — Currículo funcional:

Enquanto directora de serviços do NAC acompanha, participa e coordena os trabalhos da União Europeia na área de justiça e assuntos internos (III Pilar), nomeadamente preparando as reuniões do Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI) e acompanhando e coordenando os vários grupos de trabalho da União Europeia em matéria de cooperação judiciária civil e penal. No GRIEC participou, na qualidade de representante do Ministério da Justiça, em vários grupos de trabalho da União Europeia na área da JAI (Comité do Artigo 36.º, Cooperação Judiciária em Matéria Penal, Acervo de Schengen, Avaliação de Schengen, Comité do Programa AGIS, Comité de Direito Civil: Obtenção de Provas, negociação de acordos de cooperação judiciária EUA, Mandado de Detenção Europeu, CIVCOM). No GDDC representou o Ministério da Justiça em várias organizações internacionais, nomeadamente na União Europeia, OCDE, ONU e Conselho da Europa; integrou comissões negociadoras de vários acordos bilaterais em matéria de cooperação judiciária internacional penal.

Despacho n.º 4110/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, é nomeado director-adjunto do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, do Ministério da Justiça, em comissão de serviço, o mestre Filipe Miguel Antunes Batista, possuidor de reconhecida aptidão, formação e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

Filipe Miguel Antunes Batista nasceu em São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, em 1972.

Licenciou-se em Relações Internacionais pela Universidade Lusitana de Lisboa, em 1996, e concluiu o curso de pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), em 1997.

Em 2004, concluiu o mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

De 1996 a 1998, foi colaborador na revista *ELO — Cooperação e Desenvolvimento*, onde publica vários artigos relacionados com relações internacionais e cooperação.

De 1998 a 2000, desempenhou funções no banco BPI, S. A.

Em 2000, ingressou nos quadros da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), como técnico superior de relações internacionais, na Direcção de Assuntos Europeus.

Em 2003, assume a pasta da cooperação no Departamento de Relações Exteriores da ANACOM, onde é responsável pela coordenação das relações de cooperação, ao nível do sector, entre Portugal e o resto do mundo, com particular incidência nas relações com os países da CPLP e países da Europa Central e Oriental. Em 2004, passa a coordenar o Núcleo de Organizações não Europeias do Departamento de Relações Exteriores da ANACOM.

Ao nível académico, desenvolveu desde 2000 e até 2005 actividades académicas na Universidade Independente, onde leccionou no curso de Relações Internacionais as cadeiras de Políticas de Cooperação e de Política Internacional.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 4111/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 13 de Janeiro de 2006:

Alexandra Martins Louro, assistente administrativa do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — prorrogada a requisição pelo período de um ano, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 7 de

Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, por delegação, *Helena Borges*.

Despacho (extracto) n.º 4112/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 13 de Janeiro de 2006:

Ana Isabel Dimas Garcia, assistente administrativa do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — prorrogada a requisição pelo período de um ano, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, por delegação, *Helena Borges*.

Despacho (extracto) n.º 4113/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 13 de Janeiro de 2006:

João Paulo Oliveira Narciso, assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado — prorrogada a requisição pelo período de um ano, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/88, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Helena Borges*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 4114/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Fevereiro de 2006:

Artur Davide Sousa Rebolo, técnico de informática do grau 1, nível 2 (escalaço 2, índice 390) — nomeado, precedendo procedimento interno de selecção, técnico de informática do grau 1, nível 3 (escalaço 1, índice 420).

Luís Tavares Ribeiro, técnico de informática do grau 1, nível 2 (escalaço 4, índice 450) — nomeado, precedendo procedimento interno de selecção, técnico de informática do grau 1, nível 3 (escalaço 3, índice 470).

7 de Fevereiro de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 4115/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 28 de Setembro de 2005:

António David Jesus Correia, segundo-ajudante na situação de licença sem vencimento ao abrigo do n.º 2 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro — autorizada a regressar ao serviço a partir de 3 de Outubro de 2005 para lugar do quadro paralelo, ficando afecto à Conservatória do Registo Comercial do Porto. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 4116/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 3 de Junho de 2005:

Odete da Conceição Carrageta Batista, ajudante principal na situação de licença sem vencimento ao abrigo do n.º 2 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro — autorizada a regressar ao serviço a partir de 1 de Julho de 2005 para lugar do quadro paralelo, ficando afecto à Conservatória do Registo Comercial e Automóveis de Braga. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 4117/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 29 de Julho de 2005:

Maria de Lurdes da Silva Alves Araújo Almeida, ajudante principal na situação de licença sem vencimento ao abrigo do n.º 2 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro — autorizada a regressar ao serviço a partir de 1 de Agosto de 2005 para lugar do quadro paralelo, ficando afecto à Conservatória do Registo